POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Statusdesafio Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

VERSÃO 4.0

DATA DE ENTRADA EM VIGOR 17.11.2026

Versão #	Estado	Autor	Data
1.0	Aprovação em CA	ECS	22.12.2022
2.0	Atualização da designação para Status Capital e gestão FCR	Status Capital	13.02.2023
3.0	Atualização de contactos	Status Capital	19.09.2024
4.0	Revisão e atualização geral (RGPD)	Status Capital	17.11.2026

A STATUS respeita a privacidade dos titulares dos dados pessoais e compromete-se a tratar os seus dados de forma lícita, leal, transparente e segura, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, "RGPD"), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação aplicável.

A presente Política de Privacidade explica, de forma resumida, como são recolhidos, utilizados, conservados, protegidos e partilhados os dados pessoais tratados no âmbito da atividade da STATUS enquanto sociedade gestora de organismos de investimento coletivo.

1. Responsável pelo Tratamento

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Statusdesafio Capital – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("STATUS").

- Morada: Avenida da República, n.º 23, 1050-185 Lisboa
- NIPC: 514295597
- E-mail para assuntos de privacidade/proteção de dados: info@statuscapital.pt
- Telefone: +351 213 540 213

Atendendo à natureza e à escala das suas atividades de tratamento, a STATUS não está obrigada a designar um encarregado de proteção de dados nos termos do artigo 37.º do RGPD. As questões relativas à proteção de dados pessoais podem ser dirigidas para o endereço de correio eletrónico acima indicado.

2. Titulares dos Dados Pessoais

No âmbito da sua atividade, a STATUS pode tratar dados pessoais de investidores e potenciais investidores, beneficiários efetivos, representantes legais, membros dos órgãos sociais, colaboradores, candidatos a recrutamento, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócio, utilizadores do website da STATUS e demais pessoas que estabeleçam uma relação jurídica, profissional ou institucional com a STATUS.

3. Categorias de Dados Pessoais

Os dados pessoais tratados variam em função da finalidade e da relação estabelecida com cada titular, podendo incluir, designadamente:

- dados de identificação e contacto;
- dados profissionais e académicos;
- dados financeiros, fiscais e bancários;
- dados necessários ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares, incluindo AML/KYC;
- dados associados à execução de contratos ou diligências pré-contratuais;
- dados de utilização dos sistemas de informação da STATUS, incluindo dados de navegação no website;

- dados de saúde e medicina do trabalho, quando legalmente admissível;
- outros dados necessários ao desenvolvimento da atividade da STATUS.

Os dados pessoais são, em regra, recolhidos junto dos próprios titulares. Podem também ser obtidos junto de terceiros, designadamente das entidades que os titulares representam ou com as quais se relacionam, de prestadores de serviços, de entidades públicas e de fontes publicamente acessíveis, como registos públicos e bases de dados utilizadas para efeitos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

4. Finalidades do Tratamento

Os dados pessoais são tratados pela STATUS exclusivamente para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, relacionadas com o exercício da sua atividade enquanto sociedade gestora de organismos de investimento coletivo, com o cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita e com a gestão das relações estabelecidas com investidores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e demais entidades com as quais se relaciona.

Neste contexto, a STATUS poderá tratar dados pessoais para as seguintes finalidades:

- gestão de recursos humanos, incluindo o recrutamento e seleção;
- gestão administrativa, financeira e contabilística;
- contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços;
- gestão societária;
- cumprimento de obrigações legais e regulamentares, incluindo AML/KYC;
- gestão dos organismos de investimento coletivo sob gestão e da relação com os respetivos investidores;
- segurança da informação e gestão dos sistemas de informação;
- gestão e funcionamento do website da STATUS;
- cumprimento das obrigações em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo a resposta a pedidos de exercício de direitos.

5. Bases de Licitude

O tratamento de dados pessoais pela STATUS pode basear-se, consoante a finalidade aplicável, nas seguintes bases de licitude:

- **cumprimento de obrigações legais e regulamentares**, incluindo obrigações aplicáveis ao setor financeiro, prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, obrigações fiscais, laborais e societárias e exigências de autoridades de supervisão;
- **execução de contratos ou realização de diligências pré-contratuais** relacionadas com investidores, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e demais entidades com as quais a STATUS estabelece relações jurídicas;

- **prossecução de interesses legítimos da STATUS**, incluindo gestão da atividade, segurança da informação, proteção de ativos, gestão do risco, prevenção da fraude e demonstração de conformidade;
- **consentimento do titular dos dados**, quando este constitua o fundamento adequado para determinada operação de tratamento.

Quando sejam tratadas categorias especiais de dados pessoais ou outras categorias de dados sujeitas a proteção reforçada, a STATUS assegura a verificação dos requisitos adicionais exigidos pela legislação aplicável.

6. Conservação dos Dados Pessoais

A STATUS conserva os dados pessoais apenas durante o período necessário para cumprir as finalidades que justificaram a sua recolha e tratamento, ou durante os prazos exigidos por lei, regulamentação aplicável, obrigações contratuais ou necessidades legítimas de demonstração de conformidade.

Os períodos de conservação podem resultar, designadamente, de obrigações laborais, fiscais, societárias, contabilísticas, de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como de exigências regulamentares aplicáveis a entidades sujeitas à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e de outras autoridades competentes.

Findos os períodos de conservação aplicáveis, os dados pessoais serão eliminados, anonimizados ou arquivados de forma segura, nos termos legalmente admissíveis e de acordo com os procedimentos internos aplicáveis.

7. Partilha de Dados com Terceiros

A STATUS pode partilhar dados pessoais com entidades terceiras quando tal seja necessário para o exercício da sua atividade, para a prestação de serviços de suporte, para a gestão dos organismos sob gestão ou para o cumprimento de obrigações legais e regulamentares.

Estas entidades podem incluir, designadamente, prestadores de serviços especializados, consultores, auditores, entidades de suporte tecnológico, organismos de investimento coletivo sob gestão, autoridades públicas, autoridades de supervisão e outras entidades legalmente habilitadas.

Sempre que uma entidade trate dados pessoais por conta da STATUS, serão adotados mecanismos contratuais adequados, incluindo acordos de subcontratação ou acordos de responsabilidade conjunta, consoante aplicável.

8. Transferências Internacionais de Dados

A STATUS procura assegurar que os dados pessoais são tratados e armazenados no Espaço Económico Europeu ou em jurisdições que garantam um nível de proteção adequado nos termos da legislação aplicável.

Sempre que seja necessário transferir dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, a STATUS verifica previamente a existência de fundamento jurídico adequado e assegura as garantias exigidas pelo RGPD, designadamente decisões de adequação, cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia ou outros mecanismos legalmente admissíveis.

9. Segurança da Informação

A STATUS adota medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança apropriado ao risco associado aos tratamentos de dados pessoais realizados, tendo em conta a natureza dos dados tratados, as finalidades prosseguidas, o contexto do tratamento e os potenciais impactos para os titulares dos dados.

Estas medidas destinam-se a assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos sistemas e dos dados pessoais, incluindo mecanismos de controlo de acessos, autenticação, cópias de segurança, recuperação da informação e demais medidas consideradas adequadas.

Em caso de incidente suscetível de constituir uma violação de dados pessoais, a STATUS observa os procedimentos internos de deteção, reporte, avaliação e gestão, cumprindo as obrigações de registo, comunicação e notificação previstas na lei.

10. Direitos dos Titulares dos Dados

Nos termos da legislação aplicável, os titulares dos dados podem exercer, consoante as circunstâncias do caso concreto, os seguintes direitos:

- direito de acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito;
- direito de retificação de dados inexatos ou incompletos;
- direito ao apagamento dos dados pessoais;
- direito à limitação do tratamento;
- direito de oposição ao tratamento;
- direito à portabilidade dos dados;
- direito de retirar o consentimento previamente prestado, quando o tratamento tenha como fundamento o consentimento;
- direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente.

Para exercer os seus direitos, o titular dos dados poderá contactar a STATUS através do endereço de correio eletrónico indicado na secção 1. Todos os pedidos serão analisados e tratados nos termos da legislação aplicável e dentro dos prazos legalmente previstos.

11. Reclamações

Sem prejuízo de poder contactar previamente a STATUS, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente em matéria de

proteção de dados pessoais. Em Portugal, a autoridade de controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) (www.cnpd.pt).

12. Atualização da Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade pode ser revista e atualizada periodicamente, designadamente em caso de alterações legais, regulamentares, organizacionais, operacionais ou tecnológicas relevantes. A versão em vigor será disponibilizada no website da STATUS.

Última atualização: 17.11.2026